

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 09, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito e Processo Constitucional, Câmpus de Palmas, aprovada sua criação pela Resolução Consepe nº 04/2014.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 27 de março de 2019, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Referendar a aprovação da atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito e Processo Constitucional, Câmpus de Palmas, criação aprovada pela Resolução Consepe nº 04/2014, conforme Projeto, anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. A aprovação mencionada no *caput* deste artigo ocorreu por meio da Certidão *Ad Referendum* nº 005/2019 – Consepe, de 07 de março de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
DIREITO E PROCESSO CONSTITUCIONAL, CÂMPUS
DE PALMAS, ATUALIZAÇÃO 2019.**

Anexo da Resolução nº 09/2019 – Consepe
Referendado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 27 de março de 2019.

PALMAS, TO
2019

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1.1 Nome do Curso	4
1.2 Grande Área do Conhecimento	4
1.3 Área do Conhecimento	4
1.4 Unidade Responsável	4
1.5 Coordenador	4
1.6 Titulação do Coordenador	4
1.7 Secretária do Curso.....	4
2. NECESSIDADES/JUSTIFICATIVA SOCIAL E INSTITUCIONAL PARA INSTALAÇÃO DO CURSO, IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS ACADÊMICO-CIENTÍFICAS.	5
3. OBJETIVOS DO CURSO.....	5
4 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	6
4.1 Período de Realização	6
4.2 Tipo de Ensino.....	6
4.3 Carga Horária	6
4.4 Nível	7
4.5 Modalidade do Curso	7
4.6 Periodicidade da Oferta	7
4.7 Número de Vagas	8
4.8 Público Alvo	8
5 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO	10
5.1 Corpo Docente/Titulação/Módulos/Créditos/Carga Horária.....	10
5.3 Processo Seletivo.....	11
5.4 Critérios de Avaliação durante o curso	12
5.5 Cronograma de Funcionamento.....	15
5.6 EMENTAS, OBJETIVOS, METODOLOGIAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS.....	17
6. CRONOGRAMA FINANCEIRO	40
6.1 Estimativa de arrecadação de receita.....	40
6.2 Estimativa de Despesas	40

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Nome do Curso

Especialização em Direito e Processo Constitucional

1.2 Grande Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

1.3 Área do Conhecimento

DIREITO

1.4 Unidade Responsável

Campus de Palmas

1.5 Coordenador

Professora Doutora **NAIMA WORM**

Telefones: (63) 984049117 (63) 3229 8308

E-mail: naima@uft.edu.br

Regime de contratação: Professor do magistério superior com dedicação exclusiva

Experiências acadêmicas e profissionais: Possui 10 anos de experiência no Magistério Superior.

Anteriormente foi assessora jurídica na Fundação do Bem-Estar do Menor – FEBEM;

Concursada em 2000 no quadro geral do Poder Executivo do Estado do Tocantins.

1.6 Titulação do Coordenador

Doutora e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduada em Direito pela Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS (2003). Professora dedicação exclusiva no curso de Direito na UFT. Atualmente possui atuação como Professora/Advogada no núcleo de prática jurídica do Curso de Direito.

1.7 Secretária do Curso

Cirleide Pereira dos Santos, SIAP n. 1925235.

2. NECESSIDADES/JUSTIFICATIVA SOCIAL E INSTITUCIONAL PARA INSTALAÇÃO DO CURSO, IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS ACADÊMICO-CIENTÍFICAS.

O curso tem como justificativa atender à grande demanda por cursos de especialização que atendam aos profissionais que atuam com direito público, capacitando-os para atuarem administrativamente e judicialmente, com um custo acessível e ministrado por profissionais capacitados, em sua maioria mestres e doutores.

O Curso está voltado para atender às demandas que o profissional possui ao ingressar no mercado de trabalho, focando em áreas específicas do Direito.

Ademais, há uma escassez de cursos de especialização de qualidade no Estado do Tocantins, razão pela qual a formação profissional ofertada reforçará o preparo do profissional para enfrentar o mercado de trabalho.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1 Geral

- Formar profissionais em nível de especialização em Direito e Processo Constitucional.

3.2 Específicos

- Preparação e atualização dos profissionais que atuam na área do Direito Constitucional, advocacia e assessoria jurídica dos órgãos e gestão pública.
- Fomentar a pesquisa e a produção científica sobre as questões interdisciplinares, envolvendo as áreas do Direito Constitucional, Administrativo e demais ramos do Direito Público.
- Preparar o profissional para solucionar casos práticos, complexos e atuais;
- Preparar profissionais do Direito para atuarem na seara do Direito Constitucional, judicial e administrativamente.
- Capacitar o especialista à docência no ensino superior.

4 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

4.1 Período de Realização

Início: Maio de 2019.

Término: Abril de 2021.

Número de meses: 23 (vinte e três) meses

4.2 Tipo de Ensino

Presencial

4.3 Carga Horária

420 (quatrocentos e vinte) horas/aula

A carga horária total do curso de Pós-graduação Direito Constitucional será de 420 horas.

O total da carga horária de cada disciplina teórica é de 30 horas-aula, sendo 16 (dezesesseis) horas presenciais e 14 (quatorze) horas semipresenciais destinadas a atividades extraclasse.

O trabalho de conclusão de curso possui carga horária de 60 horas-aula.

DISCIPLINA	CARGA- HORÁRIA TEÓRICA (presencial)	CARGA- HORÁRIA TEÓRICA (semipresencial)	CARGA- HORÁRIA PRÁTICA
Teoria geral da constituição I	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula
Teoria geral da constituição II	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula
Hermenêutica constitucional I	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula
Hermenêutica constitucional II	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula
Direitos fundamentais na ordem constitucional brasileira	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula
Direitos constitucionais políticos e sociais – individuais e coletivos - fundamentais	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula

Metodologia da Pesquisa e Preparação para o TCC	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula
Jurisdição constitucional I	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula
Jurisdição constitucional II	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula
Direito internacional constitucional e a construção dos direitos humanos	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula
Docência Universitária	16 horas-aula	14 horas-aula	00 horas-aula
Trabalho de Conclusão de Curso	40 horas-aula	20 horas-aula	00 horas-aula
TOTAL POR CARGA-HORÁRIA	232 horas-aula	188 horas-aula	00 horas-aula
TOTAL	420 horas-aula		

4.4 Nível

- (X) Especialização
() Aperfeiçoamento

4.5 Modalidade do Curso

- (X) Modular
() Regular
() Permanente

Cada disciplina será ministrada em módulo organizado na sexta – feira, à noite; no sábado, manhã e tarde, estendendo-se ao domingo quando necessário (dependendo do número de horas/aula do módulo e disponibilidade do professor).

4.6 Periodicidade da Oferta

O curso terá duração total de 23 (vinte e três), com início de novas turmas de acordo com a demanda existente.

4.6.1 Carga Horária por turno

As aulas acontecerão mensalmente de acordo com o cronograma abaixo:

DIA DA SEMANA	HORÁRIO INICIAL	HORÁRIO FINAL	CARGA HORÁRIA
Sexta-feira	19:00 hs	22:30 hs	3,5 horas
Sábado	08:00 hs	12:00 hs	4 horas
Sábado	14:00 hs	18:00 hs	4 horas
Domingo	08:00 hs	12:30 hs	4,5 horas
ATIVIDADES SEMIPRESENCIAL*			14 horas
TOTAL			30 horas

4.7 Número de Vagas

O curso ofertará 50 vagas (48 público geral, 01 vaga reservadas a servidores da Universidade Federal do Tocantins e 01 vaga reservadas para bolsistas de baixa renda).

São ofertadas 01 vaga para servidores da UFT, desde que esses atendam aos critérios estabelecidos no projeto do curso.

Para seleção dos alunos bolsistas será exigido a inscrição no NIS – Número de Identificação Social, número de cadastro atribuído pela Caixa Econômica Federal às pessoas que serão beneficiadas por programas sociais. Havendo mais de dois candidatos inscritos, será feita a seleção pela média aritmética do histórico acadêmico de graduação. Havendo empate, o critério de desempate será por meio de prova objetiva. Não havendo inscritos no NIS, será feito processo seletivo por meio de prova objetiva para seleção do aluno bolsista.

Caso não haja candidatos à quota, a mesma retorna para o quadro de concorrência geral, conforme o Edital de seleção de cada curso.

4.8 Público Alvo

O curso de pós-graduação (*lato sensu*) propõe a aperfeiçoar, principalmente, graduados em Direito, Ciências Contábeis, Administração e Economia, e ainda, graduados de outras áreas que necessitem de conhecimentos proporcionados pelo curso, objetivando a certificação acadêmica em nível de especialização (*lato sensu*).

4.9 Certificação

Será outorgado pela Universidade Federal do Tocantins certificado de “Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Direito e Processo Constitucional” aos participantes que atenderem todos os critérios de aprovação estabelecidos: CNE/CES n.º 01, de 03/04/2001; Resolução da Reitoria n.º 04 de 26/02/04, Resolução (criação do curso).

5 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

5.1 Corpo Docente/Titulação/Módulos/Créditos/Carga Horária

	PROFESSORES	TITULAÇÃO	LOCUS	CH
1.	Me. Nayara Gallieta Borges	Mestre	UFT Campus Arraias	30
2.	Dr. Fábio Chaves	Doutor	Convidado	30
3.	Dra. Cristiane Holanda	Mestre	Convidada	30
4.	Dr. Fabrício Carlos Zanin	Doutor	UFT Campus Tocantinópolis	30
5.	Dra. Angela Issa Haonat	Doutora	UFT Campus Palmas	30
6.	Dra. Renata Rocha	Doutora	UFT Campus Palmas	30
7.	Dra. Aline Sueli de Salles Santos	Doutora	UFT Campus Palmas	30
8.	Dr. Aloisio Alencar Bolwerk	Doutor	UFT Campus Palmas	30
9.	Me. Graziela Tavares de Sousa Reis	Mestre	UFT Campus Palmas	30
10.	Dr. Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira	Doutor	UFT Campus Palmas	30
11.	Dra. Patrícia Medina	Doutora	UFT Campus Palmas	30
12.	Me. Luciana Pereira de Sousa	Mestre	Convidada	30
13.	TCC	-	-	60
Total de Carga horária				420

5.2 Dados Relativos ao Corpo Docente

a) Informações gerais:

- N° total de docentes que ministrarão o curso: 12 (doze)

- N° docentes pertencentes ao quadro da UFT: 08 (oito)
- N° docentes externos: 04 (quatro)

Titulação:

- Mestres: 04 (quatro)
- N° de doutores: 08 (oito)

b) Currículo Lattes do corpo docente (anexo I)

Todos os Professores contam com currículo lattes especificando a atuação profissional e produção acadêmica.

Lattes acompanha o projeto.

5.3 Processo Seletivo**a) Inscrição para seleção**

Período: 15/04/2019 a 19/04/2019

Local: Campus de Palmas, Bloco Bala II, Sala da coordenação de Direito (08:00 às 12:00 h e 14:00 às 16:00h).

Custo: R\$ 50,00 (cinquenta reais)

Requisitos: Formulário de Inscrição;

- (cópia) Diploma do curso superior e do histórico escolar do curso de Bacharelado regularmente aprovado pelo Ministério da Educação;
- Currículo lattes ou vitae;
- (cópia) Carteira de Identidade;
- (cópia) Certidão Civil (nascimento ou casamento);
- (cópia) Certificado Reservista (sexo masculino);
- (cópia) Título de Eleitor + comprovante de votação;
- Comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

b) Seleção

Período: 22 a 24/04 /2019

Local: Campus de Palmas

Horário: das 07:00 h às 18:00 h

Forma adotada:

(x) Entrevista

(x) Curriculum Lattes

(x) prova objetiva e subjetiva abordando os temas do ementário do curso.

A entrevista será realizada por uma comissão composta pelo Coordenador e dois professores do curso, com um tempo previsto de até 10 minutos.

Para cada candidato, será atribuída uma pontuação entre 0 (zero) e 10 (dez) em cada etapa.

A nota final será obtida por meio de média aritmética simples das notas da prova escrita, da entrevista e análise do currículo.

Observação: Em caso de empate será dada preferência:

1. aos participantes que atuem na área correlata ao conteúdo do curso e que apresentem carta de apresentação da empresa ou instituição em que trabalham indicando o interesse da mesma pela participação do candidato do curso;

2. aos egressos do Universidade Federal do Tocantins, mesmo cursando outras áreas.

Os candidatos não selecionados deverão providenciar a retirada de seus documentos na Secretaria do curso, até 30 (trinta) dias contados a partir de 15/05/2019 e, findo este prazo, os documentos serão descartados.

c) Matrícula

Período: 25/04/2019 e 26/04/2019

Local: Campus de Palmas, sala 05, Bloco C.

Horário: 08h às 14h e 19h às 21h

Valor: R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

d) Mensalidades

Valor: R\$ R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

Periodicidade de pagamento: Mensal

Número de mensalidades: 14 (quatorze)

Total de investimento do aluno no curso: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

5.4 Critérios de Avaliação durante o curso

a) Dos alunos:

(x) Provas

(X) Seminários

(x) Trabalhos Finais de Disciplinas

(X) Monografia ou Artigo Científico

A avaliação das respectivas disciplinas (módulos) será feita de acordo com a metodologia desenvolvida pelo docente, respeitando a seguinte estrutura:

Apuração da frequência às aulas ou atividades previstas;

Apuração da média final das respectivas disciplinas (módulos), mediante provas, exames e/ou trabalhos, de acordo com metodologia do docente.

O aproveitamento do rendimento do aluno será avaliado por meio de verificações, em cada disciplina, sendo a nota final expressa em conceitos, com as seguintes equivalências:

Conceito	Aproveitamento	NOTA FINAL entre	AVALIAÇÃO
A	Excelente	9,0 a 10	Com direito a crédito
B	Bom	7,0 a 8,9	Com direito a crédito
C	Regular	5,0 a 6,9	Sem direito a crédito
D	Deficiente	3,0 a 4,9	Sem direito a crédito
I	Insuficiente	0,0 a 2,9	Sem direito a crédito

Os critérios para aprovação dos alunos serão os adiante elencados:

I. Haver cursado no mínimo 360 horas;

II. Obter frequência mínima de 75% em cada disciplina;

a) A coordenação do Curso disponibilizará aos professores, previamente, uma lista contendo a relação dos alunos matriculados. A coordenação do curso será responsável em controlar a relação dos alunos presentes em cada uma das aulas da sua disciplina.

III. Obter média igual ou superior a “B”, em cada disciplina;

IV. Obter aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC com conceito não inferior a “B”.

O TCC deverá ser apresentado perante banca examinadora, composta por três professores, podendo ser professores participantes do projeto ou professores convidados.

O aluno será dispensado de defender perante banca TCC aceito em revista científica, devendo o acadêmico fazer a devida comprovação.

V. A confecção e entrega de certificados dar-se-á da maneira seguinte:

a) deverão ser registrados no setor de Registro de Diplomas da UFT mencionando a área de conhecimento do curso e ser acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual deverá constar, obrigatoriamente: a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis; o período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; o título do trabalho de conclusão do curso e o conceito obtido.

b) Critério de avaliação dos professores

Ao final de cada módulo será oportunizado aos alunos avaliarem a disciplina e o professor, por meio da aplicação de um questionário quantitativo-qualitativo, no qual o aluno responderá a perguntas que envolvam didática, material pedagógico disponibilizado, alcance prático da aula, pontualidade do professor. Ainda, será disponibilizado um campo para que o aluno deixe seus comentários acerca do professor e da disciplina ministrada.

c) Das disciplinas e do Curso

☒ Ficha de Avaliação (Formulário)

☐ Outros

5.5 Cronograma de Funcionamento

	PROFESSORES	Data	MÓDULO A SER MINISTRADO	CH
1.	Me. Nayara Galletta Borges	24, 25 e 26 maio 2019	Teoria geral da constituição I	30
2.	Dr. Fábio Chaves	07, 08 e 09 jun 2019	Teoria geral da constituição II	30
3.	Dra. Cristiane Holanda	28, 29 e 30 jun 2019	Hermenêutica constitucional I	30
4.	Dr. Fabrício Carlos Zanin	16 ,17 e 18 ago 2019	Hermenêutica constitucional II	30
5.	Dra. Angela Issa Haonat	13, 14 e 15 set 2019	Direitos fundamentais na ordem constitucional brasileira	30
6.	Dra. Renata Rocha	18, 19 e 20 out 2019	Direitos constitucionais políticos e sociais – individuais e coletivos - fundamentais	30
7.	Me. Luciana Pereira de Sousa	08, 09 e 10 nov 2019	Metodologia da Pesquisa e Preparação para o TCC	30
8.	Dr. Aloisio Alencar Bolwerk	29 e 30 nov 19 e 01 dez 2019	Jurisdição constitucional I	30
9.	Me. Graziela Tavares de Sousa Reis	07, 08 e 09 fev 2020	Jurisdição constitucional II	30
10.	Dr. Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira	07, 08 e 09 mar 2020	Direito internacional constitucional e a construção dos direitos humanos	30
11.	Dra. Patrícia Medina	03, 04 e 05 abril 2020	Docência Universitária	30

12.	Dra. Aline Sueli de Salles Santos	08, 09 e 10 maio 2020	Organização do estado brasileiro sob as perspectivas administrativa, econômica e financeira	30
13.	TCC	-	-	60
			Total	420

OBS: O curso contará com a participação dos professores acima, cabendo ressaltar a possibilidade de alteração e/ou ampliação do quadro, respeitadas sempre a qualificação acadêmica e a excelência didática metodológica do curso.

5.6 EMENTAS, OBJETIVOS, METODOLOGIAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS.

5.6.1 DISCIPLINA: TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO I

Professor(s): Nayara Gallieta Borges

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Separação dos poderes e o sistema de freios e contrapesos. o problema da delegação de poderes. Legalidade e legitimidade. Estado, sociedade civil e instituições intermediárias. A força normativa da Constituição. A concretização dos princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Constituição. Movimento Constitucionalista: Constitucionalismo e neoconstitucionalismo. Constituição: Conceito e espécies. Poder constituinte e reforma constitucional. Aplicabilidade das normas constitucionais.

OBJETIVO

- ✓ Iniciar os estudos dos institutos do Direito Constitucional, com foco na evolução, sistema consuetudinário, legislativo.
- ✓ Apresentar a estrutura do Estado Democrático de Direito.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e

Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_____. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, UadiLâmmeço. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

LASSALE, Ferdinand. A Essência da Constituição. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

5.6.2 DISCIPLINA: TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO II

Professor(s): **Fábio Chaves**

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Rigidez e Supremacia Constitucional. Constituições Brasileiras. Direito de Nacionalidade. Direitos Políticos. Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça.

OBJETIVO

- ✓ Apresentar a estrutura jurídica do escalonamento das normas que conferem supremacia à constituição.
- ✓ Estudar a estrutura dos Poderes Constituídos na República Federativa do Brasil;
- ✓ Sistematizar as funções e principais características os órgãos essenciais à função jurisdicional do Estado.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_____. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

- _____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.
- BULOS, Uadi Lammego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.
- CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.
- LASSALE, Ferdinand. A Essência da Constituição. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001.
- MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
- STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012

5.6.3- DISCIPLINA: HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL I

Professor (s): Cristiane Holanda

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Interpretação e Direito Positivo. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica.

Argumentação Jurídica e Interpretação. Relativismo e Absolutismo. Jurídico. A Interpretação Constitucional. Aplicação do direito no período pós-positivista. A democracia e jurisdição em Estados de modernidade tardia. Discurso de fundamentação, de aplicação e insuficiências da adequabilidade.

OBJETIVO

- ✓ Pesquisar os métodos de interpretação constitucional.
- ✓ Analisar as importantes decisões baseadas na hermenêutica.
- ✓ Sistematizar os pontos indispensáveis ao trabalho do hermeneuta.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_____. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lammego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da

- constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FERRAZ Jr., Tércio Sampaio Ferraz. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1990.
- HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.
- _____. A Força Normativa da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes – Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor.
- MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
- STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

5.6.4 DISCIPLINA: HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL II

Professor (s): Fabrício Carlos Zanin

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Idealidade e prática: o papel da Constituição na busca da efetividade do Direito. Teoria do discurso, decisões judiciais e racionalidade argumentativa: os obstáculos à concretização dos direitos fundamentais- sociais. Hermenêutica e abertura interpretativa: da discricionariedade

positivista à ponderação argumentativa. Comportamento constitucional para superação dos diversos âmbitos da resistência positivista à Constituição. Método de interpretação como superação ao relativismo nas interpretações.

OBJETIVO

- ✓ Apresentar as formas e métodos de interpretação do Direito;
- ✓ Contextualizar o Direito a partir da perspectiva pós-positivista;
- ✓ Instrumentalizar o intérprete do Direitos com as ferramentas mínimas para que promova a interpretação do Direito;
- ✓ Atualizar o acadêmico com as decisões dos Tribunais Superiores.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_____. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, UadiLammego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria geral do Estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7.

ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

5.6.5 DISCIPLINA – DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Professor(s): Ângela Issa Haonat

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: Evolução dos direitos fundamentais; Diferenciação entre direitos e garantias fundamentais; Eficácia horizontal dos direitos fundamentais; Direitos individuais e coletivos em espécie. Dignidade da Pessoa Humana. Os direitos fundamentais na Jurisprudência. Eficácia dos direitos fundamentais.

OBJETIVO

- ✓ Compreender a evolução dos direitos fundamentais;
- ✓ Compreender cada espécie de direitos fundamentais;
- ✓ Investigar a efetividade dos direitos fundamentais no contexto político e social brasileiro
- ✓ Interpretar e aplicar os direitos fundamentais.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_____. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, UadiLâmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria geral do Estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

5.6.6 DISCIPLINA: DIREITOS CONSTITUCIONAIS POLÍTICOS E SOCIAIS – INDIVIDUAIS E COLETIVOS - FUNDAMENTAIS

Professor(s): Renata Rocha

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Teoria Geral dos Direitos Sociais. Dos direitos sociais individuais do trabalhador. Dos direitos sociais coletivos do trabalhador. Direito à saúde, previdência social, assistência social, educação, cultura. Dos Direitos Coletivos. Eficácia dos Direitos Sociais. Direito de Nacionalidade. Direitos Políticos: direitos políticos positivos e direitos políticos negativos;

Privação dos Direitos políticos; reaquisição dos direitos políticos; princípio da anualidade eleitoral; cassação dos direitos políticos; impugnação do mandato eletivo. Partidos políticos.

OBJETIVO

- ✓ Compreender a evolução, espécies e eficácia dos direitos sociais;
- ✓ Entender a aplicabilidade dos direitos coletivos;
- ✓ Estudar os direitos de nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_____. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lammego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra:

Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

5.6.7- Disciplina: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SOB AS PERSPECTIVAS ADMINISTRATIVA, ECONÔMICA E FINANCEIRA

Professor(s): Aline Sueli de Salles Santos

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Administração Pública: princípios constitucionais da Administração Pública, Agentes públicos na Constituição de 1988, sistema remuneratório dos agentes públicos. Finanças públicas e orçamento. Ordem Econômica e financeira: constituição econômica, normas constitucionais da atividade econômica, política urbana, política agrícola, fundiária e reforma agrária, sistema financeiro nacional.

OBJETIVO

Compreender a organização e princípios que regem a administração pública.

Estudar a ordem econômica constitucional.

Estudar o sistema financeiro estabelecido na Constituição.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_____. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lammego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

5.6.8- DISCIPLINA: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL I

Professor(s): Aloísio Alencar Bolwerk

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Noções iniciais do controle de Constitucionalidade. Modelos de controle de constitucionalidade Comparado. Controle jurisdicional de Constitucionalidade: vias jurisdicionais de declaração de inconstitucionalidade, controle difuso de constitucionalidade e controle concentrado de constitucionalidade. Estudo das ações concretas de constitucionalidade. Princípios jurisprudenciais regentes do controle concentrado. Diálogo com o Supremo Tribunal

Federal nas decisões de constitucionalidade.

OBJETIVO

- ✓ Conhecer os sistemas de controle de constitucionalidade adotados no sistema jurídico brasileiro;
- ✓ Analisar os princípios fundantes das decisões proferidas no Supremo Tribunal Federal;
- ✓ Elaborar petições de controle de Constitucionalidade.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Direito Processual Constitucional – Aspectos Contemporâneos. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_____. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lammego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da

- constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DIDIER JR. Fredie. Ações constitucionais. 4ª ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm, 2009.
- DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.
- MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Direito Processual Constitucional. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.
- SIQUEIRA Jr. , Paulo Hamilton. Direito Processual Constitucional, 5. Ed., São Paulo: Saraiva, 2011.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
- STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

5.6.9 – DISCIPLINA: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL II

Professor(s): Graziela Reis

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Princípios do Direito processual Constitucional. Remédios Constitucionais: Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Injunção, Mandado de Segurança e Ação Popular. Recurso

Extraordinário, Especial e Recurso Ordinário Constitucional. Elementos processuais indispensáveis à propositura das ações constitucionais. Jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal.

OBJETIVO

- ✓ Conhecer o processo constitucional e os elementos imprescindíveis à propositura das ações constitucionais;
- ✓ Pesquisar a jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal.
- ✓ Elaborar peças processuais indispensáveis às ações constitucionais.
- ✓ Analisar cada um dos remédios constitucionais.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Direito Processual Constitucional – Aspectos Contemporâneos. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008
- BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.
- _____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
- _____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.
- BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.
- _____. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
- _____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.
- BULOS, UadiLâmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva

2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIDIER JR. Fredie. Ações constitucionais. 4ª ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm, 2009.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Direito Processual Constitucional. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

SIQUEIRA Jr. , Paulo Hamilton. Direito Processual Constitucional, 5. Ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

5.6.10 – DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL CONSTITUCIONAL E A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Professor(s): Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

O processo histórico de reconhecimento dos direitos humanos: primórdios, Idade Média e constitucionalismos contemporâneo. O nascimento do sistema internacional de proteção aos direitos humanos: Organização das nações unidas, Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, sociais e culturais, sistemas regionais de proteção aos direitos humanos. Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Ordenamento jurídico pátrio. Corte Interamericana de Direitos Humanos.

OBJETIVO

- ✓ Conhecer o processo histórico de formação dos direitos humanos;
- ✓ Estudar os tratados internacionais de direitos humanos confrontando-os com as normas internas;
- ✓ Analisar os procedimentos de acesso e julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores:

2013.

_____. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lammego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

CASTILHO, Ricardo. Direitos Humanos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. 11 ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 2009.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direitos Humanos e cidadania. São Paulo: Minelli, 2002.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 10ª ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

5.5.12 DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA E PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Professor(s): Luciana Pereira de Sousa

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Fundamentos da metodologia científica; normas para elaboração de trabalhos acadêmicos; métodos e técnicas de pesquisa; a comunicação entre os orientados/orientadores; o projeto preliminar de pesquisa; o projeto de pesquisa; o experimento; a comunicação científica; a organização do texto científico conforme as normas ABNT.

OBJETIVO

- ✓ Fornecer ao aluno o instrumental científico e metodológico básico para o desenvolvimento de seus estudos.
- ✓ Desenvolver no aluno uma visão crítica e criativa inerente à pesquisa científica, de forma a despertar o espírito investigativo.
- ✓ Criar condições para a compreensão do método científico e formas de elaborar trabalhos acadêmicos condizentes com as normas da ABNT.
- ✓ Implementar no aluno a capacidade para elaboração de projetos de pesquisa buscando dar suporte para a elaboração de trabalhos monográficos.

METODOLOGIA:

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas: Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia; Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula; Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

LAKATOS, E.M. Marconi, M. de A. Fundamentos de metodologia científica São Paulo, Edit.Atlas, 1993.

NUNES, Rizzato. Manual de monografia jurídica – Como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Saraiva, 2013.

RUIZ, Alvaro João. Metodologia Científica - Guia Para Eficiência Nos Estudos – 6 ed.

Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

5.5.13 DISCIPLINA: DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Professora: Patrícia Medina

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

A relação educação/sociedade/instituição de ensino e a prática pedagógica docente. Princípios básicos de organização didática no ensino superior. Breve história do ensino superior no Brasil. Dimensões constitutivas do ensino. Instrumentos básicos para a metodologia do ensino superior: planejamento e elementos basilares (objetivo, conteúdos, metodologia e avaliação). Disciplinariedade e interdisciplinaridade. Novas tendências do ensinar a investigar e o investigar ensinando no ensino superior.

OBJETIVOS

✓ Proporcionar condições fundamentais aos profissionais de teoria e prática do ensino superior a partir da importância do planejamento da ação docente e do desenvolvimento de atitudes de habilidade crítico-investigativas na docência.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas: Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia; Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula; Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos & ALVES, Leonir Pessate (Orgs.). Processos de

ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: UNIVILLE, 2003.

BRASIL, Constituição 1988. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Lei 9.394 de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CASTANHO, Sérgio. & CASTANHO, Maria Eugênia. (Orgs.). Temas e textos em metodologia do ensino superior. Campinas: São Paulo: Papirus, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 10 ed., SP: Paz e Terra, 1999.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso? 4 ed., SP: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 8 ed., SP: Ática, 2002.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral. 2 ed., SP: Ática, 1995.

JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego. 4 ed., SP: Martins Fontes, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 12 ed., SP: Cortez, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. SP: Cortez, 2003.

MASETTO, Marcos Tarciso. Didática: a aula como centro. 3 ed., SP: FTD, 1996.

MOREIRA, Daniel Augusto Moreira (Org.). Didática do ensino superior: técnicas e tendências. SP: Pioneira, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido. & ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 2 ed., SP: Cortez, 2001.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 4 ed., SP: Cortez, 1995.

SACRISTAN, J. Compreender e transformar o ensino. RS: Artes Médicas, 2000.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. RJ: Vozes, 2002.

ZABALZA, Miguel A. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

5.6 METODOLOGIA DE ENSINO (DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA)

Os participantes do curso terão acesso e facilidades em utilizar os recursos disponíveis na biblioteca da UFT.

Os equipamentos de apoio pedagógico, tais como projetor multimídia, vídeo e TV estão disponíveis no campus de Palmas para o corpo docente.

As aulas serão ministradas, conforme cronograma do curso devidamente aprovado, as quais constarão de aulas expositivas, debates, seminários, trabalhos em grupo, podendo o professor desempenhar concomitantemente o desenvolvimento da disciplina e avaliação dos alunos.

Este curso de Pós-Graduação, em nível de especialização em Direito e Processo Constitucional obedece as normas estabelecidas pela Resolução nº 10, DE 14 de março de 2018, o qual Dispõe sobre a normativa para a criação, implantação e desenvolvimento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

Nenhuma disciplina do curso de graduação poderá ser usada para crédito de especialização.

A dispensa de disciplinas já cursadas pelo aluno em outros cursos de pós-graduação poderá ser concedida mediante o preenchimento dos seguintes requisitos cumulativos:

- a) apresentação de requerimento e comprovante de recolhimento de taxa;
- b) corresponder a carga horária e ao conceito de avaliação;
- c) tenha cursado no período de até dois anos da data de início do curso;
- d) Análise e aprovação da Coordenação do Curso.

Os critérios para aprovação nas disciplinas serão testes, provas e outras formas de avaliação, sendo o rendimento do aluno avaliado na forma do disposto na Resolução C /MEC n. 01/2007.

6. CRONOGRAMA FINANCEIRO

6.1 Estimativa de arrecadação de receita.

Fonte	Quantitativo	Valor	Total
Taxa de inscrição	55	R\$ 50,00	R\$ 2.750,00
Taxa de Matrícula	50	R\$ 320,00	R\$ 16.000,00
Mensalidades	50	R\$ 4.480,00	R\$ 224.000,00
Subtotal			R\$ 242.750,00
Inadimplência			R\$ 9.950,00
TOTAL DA ARRECADAÇÃO ESTIMADA			R\$ 232.800,00

6.2 Estimativa de Despesas

NATUREZA DA DESPESA			TOTAL R\$
TIPO DE DESPESA	CÓDIGO	ESPECIALIZAÇÃO	
CUSTEIO	33.90.14	Diárias	R\$ 4.640,00
	33.90.18	Bolsas	R\$ 103.500,00
	33.90.30	Material de Consumo	R\$ 4.000,00
	33.90.33	Passagens e Locomoção	R\$ 3.120,00
	33.90.36	Outros. Serv.Terceiros - Pessoa Física	R\$ 57.900,00
	33.90.39	Outros. Serv.Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 49.560,00
	33.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 10.080,00
CAPITAL	44.90.51	Obras e Instalações	R\$ 0,00
CUSTEIO	232.800,00	TOTAL GERAL R\$	232.800,00
CAPITAL	0,00		

Profa. Dra. Naima Worm
Coordenadora do Projeto